

Curva perigosa

Criado um ambiente hostil a Luiz Edson Fachin, o grupo de Renan Calheiros (PMDB-AL) aguarda um deslize do jurista na sabatina desta terça-feira no Senado para justificar uma eventual rejeição de seu nome na votação secreta em plenário. Os senadores argumentam que, se o indicado por Dilma Rousseff para o Supremo “desarmar” os ataques de seus inquiridores, não haverá justificativa forte o suficiente para barrá-lo. Por isso, a sabatina deve ser um campo minado para constrangê-lo.

Canhão

Interlocutores do governo ponderam que não há fatos relevantes que possam levar à rejeição de Fachin, mas admitem que um desempenho claudicante pode prejudicar o jurista.

Ciranda

Um aliado de Dilma provoca: “Você acha que, se o Senado rejeitar o Fachin, ela vai consultar Renan antes de indicar o seguinte? Nada disso. Nem que haja uma sequência infinita de rejeições”.

Sem pressa?

No avião presidencial com Dilma, ministros e senadores, Renan não quis se comprometer com uma data para a votação do nome de Fachin no plenário. Disse que o dia seria escolhido após discussão com líderes partidários.

Frequência

Sem apresentar restrições ao jurista, o presidente do Senado lembrou que esteve quatro vezes com o indicado de Dilma ao Supremo nas últimas semanas.

Plateia

Observadores apontam que a estratégia de Fachin de se defender nas redes sociais confirma a tese de que sua indicação é um aceno do governo às bases do PT. A campanha pública teria impacto entre eleitores, mas não entre os senadores.

No ninho

Beto Richa (PSDB) vai acompanhar Fachin pessoalmente na sabatina. O governador voltou a procurar tucanos para convencê-los a apoiar o jurista.

Cabo eleitoral

Além de ter apoiado Dilma em 2010, Fachin gravou no ano passado um vídeo para Diogo Busse, candidato a deputado estadual no Paraná pelo PPS –que não se elegeu. Busse foi aluno de Fachin na UFPR.

Acostamento

Até Ricardo Lewandowski entrou na campanha pró-Fachin. Na última semana, no Congresso, disse que a rejeição desgastaria todo o STF e atrasaria ainda mais ações paradas desde a saída de Joaquim Barbosa.

Balança

O líder do PDT na Câmara, André Figueiredo (CE), prometeu a Michel Temer que a sigla votará a favor do projeto de lei que revê as desonerações. A decisão pode dar sobrevida ao partido na base aliada após a primeira votação do ajuste fiscal.

Efeito psicológico

A Força Sindical vai levar idosos fantasiados –enfaixados e com bolsas de soro– ao plenário para sensibilizar deputados na votação da medida provisória que muda o acesso ao auxílio-doença.

Só pensam naquilo

A candidatura de Marta Suplicy à Prefeitura de São Paulo pelo PSB foi um dos assuntos da reunião de senadores da sigla com o vice-governador paulista, Márcio França.

Ao ponto

Parte da sigla quer que a filiação da senadora ocorra com a formalização da fusão entre o PSB e o PPS, em junho.

Quando o PSDB escolhe Coronel Telhada como símbolo dos direitos humanos, fica fácil entender por que sua polícia age como agiu

DE EMÍDIO DE SOUZA, presidente do PT-SP, sobre indicação de Coronel Telhada para a Comissão de Direitos Humanos em São Paulo e o confronto no Paraná.

Contraponto

Tem razão quem se revolta

Contando pouco mais de um mês no cargo, o novo ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, iniciou seu discurso em cerimônia da pasta, nesta segunda-feira, de maneira inusual. No lugar de mencionar autoridades, saudou a presença de um bebê, que vez ou outra se manifestava no colo da mãe.

– Esse menininho está todo alegre... –pontuou, no começo de sua fala.

Depois de um breve período de reflexão, Janine Ribeiro, que é filósofo, completou, arrancando gargalhadas do público:

– Não sabe o que vem pela frente na vida!

Assembleia

CPI vai à Justiça contra liminar da Energisa que barrou investigação

Decisão foi tomada ontem, em reunião com membros do colegiado

Mariana Anjos e Humberto Marques

A Assembleia Legislativa e a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Enersul-Energisa irão à Justiça tentar derrubar a liminar que suspendeu as investigações da Casa de Leis sobre o suposto desvio de R\$ 700 milhões da concessionária de energia até 2012, bem como a existência de pagamentos de “mensalão” a pessoas físicas e jurídicas. A informação partiu do relator da comissão, Beto Pereira (PDT), que criticou a posição da Energisa de ter ido à Justiça para barrar as investigações, alegando prejuízo à imagem da empresa e descartando prejuízos aos consumidores com os desvios.

A liminar foi concedida pelo desembargador Dorival Pavan, do Tribunal de Justiça, na semana passada. A estratégia jurídica dos deputados foi discutida ontem, em reunião da CPI. “Vamos apresentar o recurso o quanto antes. Na reunião, discutimos quem tem legitimidade para ir à Justiça, e isso foi pacificado: a ação será em nome da Casa e da CPI”, afirmou Beto Pereira. O agravo será apresentado ao próprio TJ-MS.

O deputado contestou a concessão da liminar, que segundo ele “feriu o que manda a Constituição, que permite que nós, legisladores do Estado, possamos investigar. Isso precisa ser respeitado”. Beto



Beto afirma que postura da Energisa sugere ‘ter algo a esconder’ ou temer arcar com outras responsabilidades

considerou “muito drástica” a decisão judicial, “pois não estamos culpando nem condenando ninguém, apenas investigando, o que é o nosso dever”.

Relator de comissão avalia que liminar é prejudicial à Energisa

A CPI se reuniria hoje para traçar os próximos passos da investigação. Com a liminar favorável à Energisa, os trabalhos ficarão paralisados. O relator da CPI criticou a distrituidora de energia por parar as apurações na Justiça, algo

que, na sua avaliação, cria uma situação desfavorável à própria empresa.

“A auditoria diz que houve gestão temerária e desvios na Enersul. Queremos saber se isso foi prejudicial à tarifa que os consumidores pagam. Estamos atrás do direito do consumidor de Mato Grosso do Sul”, afirmou o deputado estadual.

“Vejo que, com a tentativa da Energisa de judicializar a questão, cria-se uma situação em que a empresa passa a impressão de ter algo a esconder,

ou teme arcar com aquilo que aconteceu no passado”.

A Energisa afirma que a auditoria feita pela PwC (PricewaterhouseCoopers), usada pela Aneel para apontar irregularidades na Enersul durante a gestão do Grupo Rede foi até 2012, ou seja, fora de sua gestão, e que sua relação com as investigações trouxe danos à imagem da empresa. Os argumentos foram acatados por Pavan, que contestou ainda o objeto da CPI e ressaltou que a Enersul chegou a ser alvo de intervenção da própria Aneel.

Crise financeira

Apuração sobre crise nas finanças de Campo Grande vai começar por 2011

A CPI das Contas Públicas, aberta pela Câmara Municipal de Campo Grande para analisar a situação financeira da prefeitura, irá realizar investigações a partir de janeiro de 2011 –abarcando as gestões de Nelsinho Trad (PMDB) e de Alcides Bernal (PP) no Executivo da Capital. A decisão foi tomada ontem, na primeira reunião oficial de trabalho do colegiado, quando também foi definido que o secretário Wilson do Prado (Administração) será o primeiro a ser ouvido, a fim de explicar problemas específicos das áreas de Saúde e Educação.

Segundo a vereadora Thais Helena (PT), que integra a comissão, o prazo das investigações foi definido a partir de justificativas da administração estadual. “Integrantes do governo falam que a origem dos problemas foi em 2012. Então temos de saber como era em 2011, como foi em 2012 e o que ocorreu em 2013 e 2014”, explicou.

Candidatura 1

Dilma tenta vencer oposição do Senado a indicado ao STF

Para tentar evitar a derrota no Senado da indicação de Luiz Edson Fachin ao STF (Supremo Tribunal Federal), a presidente Dilma Rousseff pediu que ministros buscassem convencer senadores a aprovar o nome do advogado e chamou para uma conversa o presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL). Renan deixou claro nos bastidores que não fará nada para ajudar o governo a aprovar o nome de Fachin, por estar irritado com o Planalto desde que seu nome foi incluído entre os investigados pela Operação Lava Jato, por suspeita de envolvimento com a corrupção na Petrobras. (Folhapress)

justificativas da administração estadual. “Integrantes do governo falam que a origem dos problemas foi em 2012. Então temos de saber como era em 2011, como foi em 2012 e o que ocorreu em 2013 e 2014”, explicou.

A intenção da comissão será analisar todos os elementos que compuseram a arrecadação no período –incluindo a redução nos percentuais de ICMS destinados pelo governo do Estado, de repasses federais e os tributos municipais–, bem como os desembolsos com reajustes salariais no período, contratação de servidores e serviços como a taxa de iluminação pública. “Em 2013 e 2014 vamos verificar a evolução da arrecadação

Candidatura 2

Site pró-Fachin foi criado por integrante da campanha do PT

As páginas de internet em que o advogado Luiz Fachin se defende do que seus apoiadores chamam de “campanha difamatória” nas redes sociais foram criadas pelo diretor de arte da empresa Pepper; Renato Rojas, que presta serviços ao PT e trabalhou na campanha à reeleição de Dilma Rousseff, em 2014. O advogado será sabatinado por senadores hoje. A Pepper tem equipes responsáveis pela produção de conteúdo da agência de notícias do PT, do site da presidente e outras páginas da legenda. A Pepper informou não saber que Rojas prestou serviços a Fachin. (Folhapress)

para entender o que ocorreu em 2015, quando houve a queda”.

Secretário apresentará informações apenas sobre a Saúde e Educação

Já a oitiva com Wilson do Prado, marcada para segunda-feira (18), segundo Thais, será para tratar “exclusivamente dos repasses na Saúde e na Educação”. “Queremos saber dos cortes nas gratificações, número de comissionados e convocados e outros elementos”, disse. Na saúde, profissionais enfrentaram cortes de plantões e gratificações, enquanto na Educação os professores convocados tiveram adiamento no pagamento de 13º salário proporcional, entre outros pontos.

Legendas

Pros vai ao Supremo contra lei que trava fusão entre partidos

O Pros, dos irmãos Cid e Ciro Gomes, foi ao STF contra a lei que dificulta a fusão entre siglas para a criação de uma nova. A regra, sancionada pela presidente Dilma Rousseff em março, altera a Lei dos Partidos Políticos e estabelece que a união entre siglas só poderá acontecer cinco anos após a criação delas. O Pros também questiona a exigência de que um novo partido seja criado com a assinatura apenas de apoiadores não sejam filiados a outras siglas. Criado em 2013, o Pros não descarta fusões. Em 2014, elegeu apenas 11 deputados federais e um governador. (Folhapress)

MP

Governo não discutirá fator previdenciário no ajuste, diz ministro

O ministro da Previdência Social, Carlos Gabas, afirmou ontem (11) que o governo não vai discutir a revisão do fator previdenciário na segunda medida do ajuste fiscal, com votação prevista para esta quarta-feira (13) no plenário da Câmara dos Deputados. Segundo Gabas, a presidente Dilma Rousseff assinou decreto em acordo com as centrais sindicais para a criação de um fórum de discussão sobre o fator previdenciário. A partir de 30 de abril, o fórum tem o prazo de 180 dias para enviar sugestões sobre o tema ao Congresso Nacional. (Folhapress)